

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TERRITÓRIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE: análise sobre a Vigilância Socioassistencial nos municípios de Brejo/MA, Buriti/MA e Milagres do Maranhão/MA

Kristin Carina Moura Melo¹

João Lucas de Araújo Oliveira²

Clodoaldo Moraes Montenegro Júnior³

Aurora Amélia Brito de Miranda⁴

RESUMO

Este trabalho objetiva socializar os conhecimentos sobre as situações de vulnerabilidade, risco e potencialidades dos municípios de Brejo, Buriti e Milagres do Maranhão, os quais compõem o território do Baixo Parnaíba maranhense, assim como sobre a implementação da Vigilância Socioassistencial no território. Procedeu-se a pesquisa de campo e parte dos estudos do Projeto "Cartografia da Vigilância Socioassistencial: uma experiência de pesquisa-ação no Baixo Parnaíba maranhense". Dessa forma, verificamos a incipiência da Vigilância Socioassistencial desenvolvida nos municípios estudados, as principais demandas dos usuários da Política de Assistência Social e as potencialidades naturais e culturais desses territórios.

Palavras-chave: PNAS; Vigilância Socioassistencial. Baixo Parnaíba/MA.

ABSTRACT

This work aims to socialize the knowledge about the situations of vulnerability, risk and potential in the municipalities of Brejo, Buriti and Milagres do Maranhão, which make up the territory of the Baixo Parnaíba of Maranhão, as well as the implementation of Social Assistance Surveillance in the territory. We conducted field research and part of the studies of the Project "Cartography of Social Assistance Surveillance: a research-action experience in the Baixo Parnaíba of Maranhão". In this way, we verified the incipency of the Social Assistance Surveillance developed in the studied municipalities, the main demands of the users of the Social Assistance Policy and the natural and cultural potentialities of these territories.

Keywords: PNAS; Social Assistance Surveillance. Baixo Parnaíba/MA

¹Discente de Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: kristinmoura@hotmail.com

²Discente de Geografia pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: joao.lao@discente.ufma.br

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: clodoaldo.montenegro@discente.ufma.br

⁴Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Doutora. Email: aurora.abm@ufma.br.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A região do Baixo Parnaíba Maranhense é um território composto por municípios que se situam na região geográfica intermediária de São Luís e com outros situados na divisa Maranhão-Piauí, conforme a atual classificação do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE, 2023). Os municípios dessa região ocupam parte dos vales das bacias hidrográficas do Alto Munim e, principalmente, do rio Parnaíba, dando origem assim ao nome da região. Estão inseridos no bioma Cerrado com presença notável da Mata de Cocais (região transicional entre os biomas da Amazônia, Caatinga e Cerrado) (MUNIZ, 2006).

O Baixo-Parnaíba maranhense compreende 16 (dezesesseis) municípios, caracterizando-se como território rico em fauna, flora e cultura, em especial, por ser historicamente habitado por populações tradicionais e famílias agricultoras. (AZEVEDO; DANTAS; FARIAS, 2016). Todavia, não obstante as potencialidades de recursos naturais e culturais, observa-se que esses municípios possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), sendo marcados por expressões da questão social⁵, as quais requerem atenção e demanda por proteção social.

A partir da Constituição Federal de 1988, a proteção social foi inserida na concepção de seguridade social, ou seja, no conjunto de seguranças sociais que uma sociedade garante a seus membros, com base em três políticas sociais: Saúde, Assistência Social e Previdência Social (SPOSATI, 2013). Neste trabalho abordaremos a Política de Assistência Social e a Vigilância Socioassistencial desenvolvida no âmbito da sua proteção social específica.

Em 1993, foi promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nº 8.742/1993, que estabeleceu critérios para a organização da Política de Assistência Social, definiu os seus objetivos e diretrizes e dispôs as ações socioassistenciais. A

⁵ Elucidamos que a questão social “é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 84).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



LOAS estabelece a Vigilância Socioassistencial como um dos “instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território” (BRASIL, 2011).

Em 2018, o Governo do Estado do Maranhão e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão – FAPEMA, lançaram o edital nº 035/2018, “Redes Territoriais”. O edital tinha como propósito promover o desenvolvimento territorial por meio de projetos de pesquisa e extensão, dentro da linha de ação “Mais Inovação” e no âmbito do Programa “Tecnologia Social” (FAPEMA, 2018).

Tendo em vista a importância do Plano de Ações “Mais IDH” e da Vigilância Socioassistencial para os territórios rurais maranhenses, foi desenvolvido com base no eixo temático “Políticas de Assistência Social e sua transversalidade com ciência e tecnologia” (FAPEMA, 2018), o projeto “Cartografia da Vigilância Socioassistencial: uma experiência de pesquisa-ação no Baixo Parnaíba Maranhense”, coordenado e orientado pela professora Dra. Aurora Amélia Brito de Miranda.

O Projeto foca, sobretudo, nas necessidades, potencialidade e demandas dos usuários da Política de Assistência Social e na oferta de serviços socioassistenciais, desenvolvidos nos dez municípios de menor IDH da região do Baixo Parnaíba – MA, a saber: Água Doce do Maranhão, Araioses, Brejo, Buriti, Milagres do Maranhão, Santana do Maranhão, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, Tutóia e Belágua.

Em virtude disso, o presente artigo apresenta os resultados do referido projeto sobre o território do Baixo Parnaíba maranhense, com ênfase nos municípios de Brejo, Buriti e Milagres do Maranhão. Tem como objetivo socializar informações quanto às necessidades e potencialidades dos usuários da Política de Assistência Social nos municípios. Utilizamos como metodologia parte dos estudos sobre a temática do referido Projeto e a pesquisa de campo. Adotamos a perspectiva do materialismo histórico-dialético para embasar as análises sobre os dados coletados.

O artigo está disposto em duas sessões: a primeira seção trata sobre a Vigilância Socioassistencial, com base no discurso oficial da Política de Assistência

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Social; e o segunda diz respeito aos resultados preliminares obtidos durante a pesquisa *in loco* acerca da operacionalização da Vigilância Socioassistencial nos municípios de Brejo, Buriti e Milagres do Maranhão.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: considerações sobre o discurso oficial da Vigilância Socioassistencial

Na Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, a Vigilância Socioassistencial se configura como função a ser operacionalizada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, sendo definida como: a produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida, bem como a vigilância sobre os padrões das ações socioassistenciais (BRASIL, 2004).

A Norma Operacional Básica - NOB/SUAS orienta que essa função da Política de Assistência Social deve buscar conhecer o cotidiano da vida das famílias, conforme as condições concretas do lugar onde elas vivem, responsabilizando-se pela identificação dos 'territórios de incidência' de riscos no âmbito da cidade, do Estado, do país, para que a Assistência Social desenvolva política de prevenção e monitoramento de riscos (BRASIL, 2005, p. 22). Baseado nisso, a Vigilância Socioassistencial deve ser desenvolvida pretendendo otimizar as informações coletadas nos serviços a fim de promover retorno e qualificação à rede socioassistencial nos territórios, dando maior utilidade às ferramentas do SUAS⁶.

Dessa forma, a Vigilância Socioassistencial também está relacionada ao repasse de recursos para o município, visto que contribui para implementar os instrumentos de gestão do SUAS, sobretudo para o Plano de Assistência Social, cuja

⁶Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico); Protocolo de Gestão Integrada; Censos SUAS; Prontuários SUAS; Registros de Atendimento (RMAs); estudos e mecanismos desenvolvidos pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) (MARTINELLI; SILVA; SANTOS, 2015).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

construção requer a apropriação da realidade do município ou estado, através do diagnóstico socioterritorial (MARTINELLI; SILVA; SANTOS, 2015).

A Vigilância Socioassistencial pleiteia e se apropria de três conceitos importantes para obtenção de informações: risco, vulnerabilidade e território. O conceito de risco é utilizado com o intuito de identificar a probabilidade ou a iminência de um evento acontecer, visando a disposição ou capacidade de prevenir ou mitigar as suas consequências. Sob a mesma perspectiva, o conceito de vulnerabilidade relaciona-se à conjunção de fatores que envolvem características do território e fragilidades vivenciadas pelas famílias (BRASIL, 2013).

Tratando-se da categoria território, o referido trabalho embasou suas análises na concepção antropológica e geográfica de território vivo e existencial. De acordo com Raffestin (1980, p. 143), “o território é construído a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível”. Na medida em que os sujeitos se apropriam de um ambiente, concreta ou simbolicamente, é desenvolvido a “territorialização” do espaço.

Nesse sentido, as pessoas participantes das oficinas e entrevistas realizadas durante a pesquisa *in loco* se configuram para além de usuários e operadores das políticas sociais, mas como sujeitos que se apropriam e transformam o território em que vivem. Miranda (2021) considera que a ligação estabelecida entre os povos e comunidades tradicionais com seu espaço de vida é mais intrínseca, pois, para além de um território provedor de recursos, o espaço é usado de forma mais intensa pela apropriação simbólico-religiosa e do exercício da vida.

Em face disso, entendemos que o desafio para implantação e implementação da Vigilância Socioassistencial nos territórios está diretamente relacionado à necessidade de se otimizar as informações repassadas pelos sujeitos e possibilitar uma devolução aos gestores, operadores e usuários do SUAS, não como um processo punitivo de avaliação, mas como uma ferramenta que otimize o uso das informações e dos dados gerados com base nos processos de trabalho que compõem a gestão do SUAS (MARTINELLI; SILVA; SANTOS, 2015).

PROMOÇÃO



APOIO

3 O ACESSO PRECARIZADO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: dilemas na operacionalização da Vigilância Socioassistencial nos municípios de Brejo, Buriti e Milagres do Maranhão

Os municípios estudados apresentam aspectos socioeconômicos, políticos e culturais similares, embora possuam suas particularidades. Os municípios de Brejo e Buriti são classificados como pequeno porte II (20.001 até 50.000 habitantes), enquanto o município Milagres do Maranhão é classificado como de pequeno porte I (até 20.000 habitantes).

Tabela 1: PIB, unidade territorial, densidade demográfica, IDHM e taxa de população urbana/rural dos municípios estudados

Município	PIB per capita (2020) (R\$)	Área da unidade territorial (2021)	Densidade demográfica (2010)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (2010)	% da população Urbana	% da população rural
Brejo	7.016,68	1.073,258 km ²	31,04 hab/km ²	0,562	37%	63%
Buriti	6.693,29	1.475,779 km ²	18,33 hab/km ²	0,548	31%	69%
Milagres do Maranhão	5.900,17	634,818 km ²	12,79 hab/km ²	0,527	22%	78%

Tabela elaborada pelos autores com base nos dados do IBGE (2023) e no Relatório de Informações – RI v.4 (2023).

A partir da Tabela 1, identificamos que Brejo e Buriti possuem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mais elevado do que Milagres do Maranhão. Apesar dessa classificação, todos os municípios possuem IDHM entre 0,500 e 0,599, caracterizando-os como baixo na faixa de desenvolvimento humano municipal. Ainda de acordo com a Tabela 1, observamos que a população desses municípios habita, majoritariamente, na zona rural, se reproduzindo com prevalência da agricultura familiar e pesca como atividade econômica.

No que se refere ao acesso à Política de Assistência Social, verificamos que um expressivo contingente populacional desses municípios está inscrito no Cadastro Único (CadÚnico), de modo que o quantitativo de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e risco é alarmante.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

De acordo com o Relatório de Informações – RI v.4 do SUAS (BRASIL, 2023), em janeiro de 2023 existiam 24.970 pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) do município de Brejo, sendo que 20.174 inscritos estavam em situação de extrema pobreza. No mesmo período, Buriti possuía 22.984 pessoas inscritas no CadÚnico, com 19.680 em situação de extrema pobreza. Em Milagres do Maranhão, das 6.487 pessoas inscritas no CadÚnico, 5.342 estavam em situação de extrema pobreza.

Todos os municípios possuem pelo menos um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Os municípios de Brejo e Buriti possuem um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Assim, os três municípios ofertam as ações socioassistenciais da Proteção Social Básica e dois possuem equipamento da Proteção Social Especial.

De acordo com a PNAS, o CRAS deve ser localizado em territórios de vulnerabilidade social nos municípios e no DF, tencionando atender famílias e sujeitos que se encontram em situação de risco social, de modo que possibilite o acesso aos direitos socioassistenciais e contribua com o fortalecimento do convívio sociofamiliar e comunitário por meio de ações socioassistenciais. Tem como objetivo prevenir situações de ameaça e instabilidade social por intermédio do desenvolvimento das potencialidades ou fortalecimento de vínculos sociais (BRASIL, 2009).

Por sua vez, o CREAS é uma unidade estatal da Proteção Social Especial, de média complexidade, que possui abrangência municipal e regional. Tem como finalidade a oferta do trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, devido a violações de direitos (BRASIL, 2011).

Em Milagres do Maranhão foi sinalizado durante as entrevistas que é insuficiente a quantidade de unidade do CRAS e de profissionais e técnicos da equipe de referência para atender a demanda do município, bem como a necessidade de uma equipe volante para alcançar a população que reside em povoados distantes.

De acordo com dados do Relatório SUAS (BRASIL, 2023), os municípios implementam dois dos três serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica, a saber: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), salvo o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Ainda, a capacidade de atendimento às famílias referenciadas nos territórios estão conforme a previsão da NOB-SUAS (BRASIL, 2011).

Tratando-se dos programas socioassistenciais, todos os municípios ofertam o Programa Bolsa Família, sendo Buriti o município com maior cobertura do Programa em relação às pessoas inscritas no CadÚnico. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) também é ofertado em todos os municípios, de maneira que pessoas com deficiências são os principais beneficiários. Destacamos que Milagres do Maranhão se distingue dos demais municípios, pois possui mais pessoas idosas como beneficiários do que pessoas com deficiência.

O Programa de Fomento a Atividades Produtivas Rurais (2013) e o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais - Programa Cisternas (2013), são especialmente voltados para o incentivo às atividades e produção rural, podendo contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, configurando importante política para a garantia de direitos. O Programa de Fomento às Atividades Produtivas está presente em todos os municípios, tendo como foco a inclusão social e o investimento de recursos financeiros para viabilizar as atividades produtivas.

Por outro lado, o Programa Cisternas ainda é pouco acessado no município de Milagres do Maranhão, o qual não possui beneficiários do programa. Logo, em razão do alto índice de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza é importante investir na cobertura desses programas, visto que podem contribuir no enfrentamento à pobreza e insegurança alimentar nos municípios.

Verificamos que o Programa Criança Feliz (PCF) está presente nos três municípios, se caracterizando como política importante para alcançar gestantes e crianças que residem na zona rural. O PCF possui caráter intersetorial e dispõe de ações de fortalecimento para gestantes e crianças na primeira infância, que estão em situação de risco ou vulnerabilidade (BRASIL, 2017).

PROMOÇÃO



APOIO





Tendo em vista as informações coletadas a partir das oficinas *in loco* e dos questionários aplicados, ao sistematizamos os dados e análises sobre os três municípios pesquisados, observamos que nos municípios estudados houve maior participação dos operadores, exceto por Brejo, onde compareceram mais usuários e as atividades foram desenvolvidas no Quilombo Vila das Almas, na zona rural.

O referido povoado foi certificado como comunidade quilombola a partir do ano de 2005 pela Fundação Cultural dos Palmares - FCP. A comunidade possui em média 500 famílias, o que a caracteriza como comunidade de território extenso (MENEZES; SANTOS; JESUS; et al., 2016).

Tabela 2: Importância da Vigilância Socioassistencial para a efetividade da PNAS nos municípios estudados segundo os operadores;

Municípios	Vigilância Socioassistencial
Brejo	Atendimento nas Políticas Públicas;
Buriti	Diagnóstico socioterritorial, análise de dados, conhecer a realidade; para que haja uma melhor efetividade dos recursos e da rede; Efetividade dos recursos e da rede; essencial;
Milagres do Maranhão	A atenção sistemática da vigilância, monitoramento das situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos; Mapear o território e determinar ações no município; localizar o usuário que esteja em situações de vulnerabilidades ou pessoas que ainda não são usuárias; De suma importância, essencial para que tudo esteja correto e corrigindo algum erro; Para acompanhar o sistema; Mais melhorias para o público; extrema pobreza; Capacitação e oficinas para compreender as ações socioassistenciais; O acolhimento das famílias mais necessitados; na área urbana e rural ajuda várias pessoas;

Fonte: tabela elaborada pelos autores a partir dos questionários e oficinas com os usuários e operadores

Nos questionários dos operadores da PNAS de Milagres do Maranhão, aproximadamente 79% afirmaram que existe um setor específico para essa função. Porém, constatamos que somente um profissional da Ciência da Computação é responsável pelo cadastro de informações da Vigilância Socioassistencial no território. Logo, mesmo que seja um diferencial em contraponto aos demais municípios pesquisados, é imprescindível que haja uma equipe multidisciplinar composta por mais trabalhadores com conhecimentos específicos e especializados, a fim de compartilhar e qualificar as atividades desenvolvidas.

Nos questionários dos municípios de Brejo e Buriti averiguamos que as questões referentes a Vigilância Socioassistencial foram as que menos obtiveram respostas. De modo coincidente, verificamos que não existe um setor da Vigilância

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Socioassistencial nesses territórios e nem uma pessoa responsável pelo setor, como em Milagres do Maranhão (que têm pelo menos uma pessoa da gestão da política, responsável pela vigilância socioassistencial), o que pode refletir não só em ações socioassistenciais dos municípios, mas também na sua concepção.

Assente às informações repassadas durante as oficinas e aplicação de questionários, identificamos que as principais refrações da questão social que acometem os municípios são as situações de violação de direitos da criança e adolescente, violência doméstica, a extrema pobreza, o uso abusivo de drogas e o acesso precarizado às políticas públicas. Os conflitos socioambientais relacionados à terra e água atravessam todo o território do Baixo Parnaíba maranhense, marcado pela luta por terras, queimadas, processo de grilagem, expansão irregular do agronegócio e a poluição do ar, das águas e do solo.

Uma vez que no território prevalece a agricultura familiar e a pesca, os conflitos ocasionados pela intensificação e expansão desordenada do agronegócio têm aumentado as situações de extrema pobreza, insegurança alimentar e o desemprego. O desmatamento e a destruição do bioma Cerrado afetam diretamente na alimentação das famílias que habitam no território, pois frutas como pequi, bacuri, juçara e buriti que fazem parte da sua base alimentar têm desaparecido do consumo.

O acesso precarizado ao saneamento básico e a água potável encanada, também foram indicados como dificuldades, de modo que as famílias procuram alternativas, como cacimbões, poços artesianos ou dependem dos igarapés e rios presentes na região para cozinhar, realizar a higiene pessoal, lavar roupas e demais produção. Segundo as informações coletadas, isso ocorre principalmente nos povoados e vilas mais distantes da sede dos municípios.

A zona rural é a região com mais incidência de situações de vulnerabilidade e risco e conflitos socioambientais. Nesses territórios, existe maior contingente de famílias habitando em locais mais distantes, o que dificulta tanto o acesso aos equipamentos da Política de Assistência Social, quanto o alcance das ações socioassistenciais. A título de exemplo, identificamos que em todos os municípios

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



existe a demanda por transporte público e ambulâncias para os povoados mais afastados da sede.

Em Buriti foi destacado o quilombo Caninana como um dos locais mais vulnerabilizados do município, com alto índice de violência sexual contra crianças e adolescentes, exploração do trabalho infantil e extrema pobreza. Enquanto no quilombo Vila das Almas, no município de Brejo, ficou evidenciado que as situações de pobreza e extrema pobreza estão relacionadas ao acesso precarizado às políticas agrária e agrícola, políticas de infraestrutura e saneamento básico, assim como as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação.

Além disso, os operadores enfatizaram o aumento do índice do tráfico de pessoas para trabalho análogo a escravidão no município, principalmente jovens e adultos, mormente homens, que recebem propostas de trabalho em outros estados para desenvolver atividades nos garimpos e no corte do pendão do milho, em outros estados do Brasil.

Nesse sentido, conforme o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas (BRASIL, 2023), entre 2002 e 2022, o Maranhão foi o principal estado de origem das vítimas resgatadas de trabalho análogo à escravidão. Dentre as 43.287 pessoas resgatadas nos 26 estados e Distrito Federal do Brasil, 9.153 eram maranhenses, expressando assim, 21,14% dos resgatados. Portanto, o estado do Maranhão se configura como o maior estado “exportador” de pessoas para o trabalho congênere à escravidão.

Pesquisamos sobre o referido município na plataforma e averiguamos que existem até 10 denúncias contabilizadas no Disque Denúncia (2012 a 2019), sobre situações de trabalho análogo à escravidão ou de buritienses vítimas de tráfico de pessoas. Diante disso, faz-se urgente a atuação em rede dos operadores, para que identifiquem e formulem estratégias de enfrentamento e prevenção ao trabalho congênere a escravidão no território (BRASIL, 2023).

Em todos os municípios estudados, foi destacado o aumento da criminalidade e do uso abusivo de drogas, em especial por adolescentes e jovens, nos bairros e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

povoados, bem como o alto índice de gravidez precoce e evasão escolar. Dessa forma, analisamos que nesses municípios se faz necessário o aprimoramento da rede de proteção da criança e do adolescente, com o intuito de mitigar as situações de violação dos direitos infantojuvenis.

Sobre a insegurança alimentar e a extrema pobreza, os povoados e áreas rurais são os principais locais de incidência, embora a agricultura familiar e a pesca artesanal sejam importantes fontes de alimentação e renda para as famílias. Nesse sentido, a ausência de programas de incentivo à produção de alimentos e as consequências do agronegócio podem ser fatores que agudizam essas situações.

Em Milagres do Maranhão, durante a pesquisa in loco, averiguamos que a biblioteca Centro de Cultura Prof.^a Maria do Amparo está fechada e com condições precárias de infraestrutura. A biblioteca é a única no município, sendo um dos prédios mais antigos da cidade, que dispõe de importantes coleções bibliográficas e espaço para estudo e leitura. Nesse sentido, a reforma do Centro de Cultura contribuiria positivamente para os moradores de Milagres do Maranhão, em especial para os estudantes da rede pública de ensino.

No que tange às potencialidades dos referidos municípios, constatamos que os recursos naturais e hídricos, com destaque para a biodiversidade da fauna e flora do Cerrado, se configuram como importante elementos do território. A agricultura familiar, a pesca e extrativismo artesanal, a costura e o artesanato são fonte de renda para as famílias, demonstrando que a preservação da natureza é essencial para vida das famílias que habitam nesses territórios. Além disso, identificamos que o turismo religioso e cultural está presente em todo o território, de maneira que os festejos católicos, o Bumba Meu Boi, Tambor de Crioula, festa junina e aniversários das cidades movimentam o turismo em todo estado.

3 CONCLUSÃO

Os resultados dos dados coletados na pesquisa demonstraram a estrutura agrária concentrada no território dos municípios, em especial Brejo e Buriti, os quais possuem maior composição voltada para a produção do agronegócio, desenvolvido

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

pelo projeto MATOPIBA. Por essa razão, os conflitos por terras na região do Baixo Parnaíba são acentuados, cujos impactos na vida e na renda das famílias corroboram para as situações de violação de direitos. Ainda que haja um debate sobre a questão agrária, faz-se necessário a implementação efetiva de políticas de conservação do meio ambiente e, sobretudo, de uma reforma agrária.

Identificamos a incipiência da Vigilância Socioassistencial nos municípios, dos quais somente Milagres do Maranhão possui um setor específico da Vigilância Socioassistencial, embora esse setor não seja formado por uma equipe multidisciplinar. Sugerimos que aconteçam mais capacitações para os operadores sobre a Política de Assistência Social. Pois, se os profissionais que executam os serviços socioassistenciais realizarem um trabalho meramente tecnicista, sem críticas nem proposições, podem esvaziar a dimensão pedagógica e emancipatória do trabalho social com as famílias, assim como naturalizar relações paternalistas e reproduzir práticas assistencialistas.

Portanto, compreendemos a necessidade de investimento em estratégias que possibilitem transformar as potencialidades naturais e culturais dos municípios em fonte de renda para as famílias. Assim, torna-se relevante a continuidade da produção de conhecimentos para que possamos aprofundar a identificação das potencialidades locais e verificar a qualidade dos serviços socioassistenciais que são disponibilizados nesses municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. R.; DANTAS, J. S.; FARIAS, M. F. (Org.) **Análise sobre a política territorial no Baixo Parnaíba-MA**. São Luís: EDUFMA, 2016. 60 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/123456789/479>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

BRASIL. **Capacita SUAS**. Caderno 3 (2013). Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.

_____. **Nova LOAS**. Conselho Nacional de Assistência Social. Lei nº 12.435, de 06 /07/ 2011. Dispõe sobre a Organização do SUAS. Disponível em:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 19 de mar. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social** – PNAS/2004. Brasília, DF: MDS, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica de Assistência Social** – NOB/SUAS. Resolução n. 130, de 15 de julho de 2005. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pabcad/index.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Programa Criança Feliz: a intersectorialidade na visita domiciliar**. Brasília: DF, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersectorialidade_na_visita_domiciliar_2.pdf. Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório de Programas e Ações**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?aM=0&codigo=0&aM=0>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **RI da Proteção Social Básica**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/mod/index.php?rl=337&t_div=1&codigo=0&aM=0. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. Ministério Público do Trabalho; Organização Internacional do Trabalho. **SmartLab**. Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo>. Acesso em: 23 de mar. 2023

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **VIS DATA 3 betas**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 20 fev. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home. Acesso em: 09 de mar. de 2023;

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Ed. Cortez, SP, 1982.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



FAPEMA - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA. **Edital FAPEMA nº 035/2018 – Redes Territoriais – prorrogado.** Maranhão: FAPEMA, 2018. Disponível em: <https://www.fapema.br/edital-fapema-no-0352018-redes-territoriais/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MARTINELLI, T.; SILVA, M. B.; SANTOS, S. R. D. Vigilância socioassistencial na política de assistência social: concepção e operacionalidade. **Revista Katálysis**, v. 18, n. Rev. katálysis, 2015 18(1), p. 104–112, jan. 2015.

MENEZES, D. A.; et al. Historicização da trajetória de remanescentes de quilombos na comunidade vila das almas no maranhão. **Anais V CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47574>. Acesso em: 25/03/2023 12:42

MIRANDA, A. A. B. de. TERRITÓRIOS VIVOS E USADOS: o processo de acumulação por despossessão e os conflitos socioambientais no Baixo Parnaíba/Ma. In: **X JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 2021, São Luís/MA. Anais, São Luís: UFMA, 2021.

MUNIZ, F. H. A vegetação da região de transição entre a Amazônia e o Nordeste: diversidade e estrutura. In: **Agroambiente de transição entre trópico úmido e o semiárido do Brasil**: atributos, alterações e uso na produção familiar. (Org.) Emmanoel Gomes de Moura. São Luís: UEMA, 2006;

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1980.

SOUZA, M. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento (pág. 77 – 116) In: CASTRO, Iná; et al (Orgs). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, v. 1, n. 116, p. 652-674, out./nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/WcYSGg6ys8ZbQfLwf9zCtkn/?lang=pt#>. Acesso em: 23 mar. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

